



[Atribuição BB CY 4.0](#)

Racismo religioso e intolerância: desafios na implementação da Lei 10.639/03 no espaço escolar

José Luiz Rodrigues¹
Aline Choucair Vaz²

Resumo

O presente trabalho faz parte de uma abordagem de reflexão referente à lei 10.639/03 e o racismo religioso. É uma proposta de elaboração de um artigo que apresenta e discute diferentes olhares e desafios em relação à implementação da lei 10.639/03 nas escolas públicas e privadas no que se refere a cosmovisão africana e afro-brasileira. Revela o tensionamento em relação ao racismo religioso embora haja um marco legal que permite a discussão sobre esse tema fundante em nossa identidade histórico-social e cultural, ainda que haja a liberdade de crença garantida como direito a esses sujeitos invisibilizados, desconsiderados nos discursos, nas ações e nas práticas pedagógicas que ainda perpassam o espaço escolar a partir das ações dos discentes e docentes.

Palavras-chave

¹ Diretor Municipal do Sind-UTE Subsede Betim/MG. Professor da Rede Municipal de Betim/MG. E-mail: jluizrodrigues14@gmail.com

² Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE-UEMG. Vice-coordenadora da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos – ReBEDH-MG e Pesquisadora Produtividade da UEMG – PQ/UEMG. E-mail: aline.vaz@uemg.br

Relações étnico-raciais. Educação. Lei 10.639/03. Racismo religioso. Intolerância religiosa.

Recebido em: 31/03/2025
Aprovado em: 12/08/2025

1001

Religious racism and intolerance challenges in the implementation of the Law 10.639/03 in the school space

1002

Abstract

This work is part of a reflective approach regarding Law 10.639/03 and religious racism. It is a proposal for the elaboration of an article that presents and discusses different perspectives and challenges in relation to the implementation of Law 10.639/03 in public and private schools concerning the African and Afro-Brazilian worldview. It reveals the tension regarding religious racism, even though there is a legal framework that allows discussion on this fundamental theme in our historical, social, and cultural identity, and even though freedom of belief is guaranteed as a right for these subjects who are made invisible and disregarded in the discourses, actions, and pedagogical practices that still permeate the school environment through the actions of students and teachers.

Keywords

Ethnic-racial relations. Education. Law 10.639/03. Religious racism. Religious intolerance.

Introdução

A lei 10.639/03 é um grande avanço no contexto educacional tornando obrigatório o ensino da história africana e afro-brasileira, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio, em escolas públicas e particulares. Ela modifica a perspectiva em relação ao povo negro, que foi escravizado e privado de seus direitos ao longo da nossa história. Contudo, uma lei por si só não consegue modificar séculos de desigualdade e injustiça em nossa história. Ela é impregnada pelo pensamento escravocrata e evidencia os desafios em relação a educação étnico-racial no ambiente escolar, com grandes dificuldades e tensionamentos quando a abordagem da cosmovisão africana e afro-brasileira a partir do pensar e viver destas religiões como espaços sagrados.

1003

Racismo religioso e intolerância nó na implementação da Lei 10.639/03

Quanto mais se estuda as religiões, melhor se compreende que elas, do mesmo modo que as ferramentas e a linguagem, estão inscritas no aparelho do pensamento simbólico. Por mais diversas que elas sejam, respondem sempre a esta vocação dupla e solidária: para além das coisas, atingir um sentido que lhe dê plenitude das quais elas mesmas parecem privadas; e arrancar cada ser humano de seu isolamento, enraizando-o, numa comunidade que o conforte e o ultrapasse. (Vernant)

A lei 10.639/03, aprovada no ano de 2003, torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira fruto da mobilização do Movimento Negro, que visa romper com a invisibilidade enfrentada pelas mulheres e homens negros ao longo da nossa história. Essa foi uma importante política de ação afirmativa que rompe com as concepções e ideias relacionadas ao mito da democracia racial, ao racismo estrutural, ao racismo religioso e ao racismo institucional, presentes e permeando todos os espaços de nossa sociedade.

Essa lei também revela um grande desafio quando tratamos da questão racial, com recorte específico em relação à herança religiosa das religiões de matriz africana no Brasil. No cotidiano docente observamos o desconhecimento e a dificuldade em abordar esse tema, ressaltando a necessidade de valorizar e respeitar a diversidade e romper com a intolerância religiosa. Esta última tem sido um obstáculo que dificulta e, ao mesmo tempo, impede a aplicação da

legislação devido ao pensamento colonizado que permeia o imaginário no tratamento das religiões. Conforme aponta Ribeiro e Nogueira (2020, p. 47):

o colonizador se sustenta no racismo para estruturar a colonização e justificar sua intervenção, pois, por meio da difusão ideológica da suposta superioridade do colonizador, sua ação é vista como benefício, e não como violência, o que resultou na alienação colonial, na construção mítica do colonizador e do colonizado – o primeiro retratado como herdeiro legítimo de valores civilizatórios universalistas, e o segundo, como selvagem e primitivo despossuído de legado merecedor de ser transmitido.

O tráfico humano e a exploração compulsória de homens e mulheres negras que viviam livres no continente africano e foram capturados como meros objetos para servir a um complexo projeto histórico, econômico e social de Estado, sustentado pelo patriarcado, conservadorismo, burocracia, verticalização, exploração cruel e genocida, com recortes racistas e heteronormativos, branco-cristãos que permeiam, por quase 400 anos em nosso país. O lastro da escravidão ainda reverbera no modo de viver, ser, se organizar e crer, resultando em desigualdades sociais, históricas, jurídicas e educacionais que afastam aqueles e aquelas que fizeram e fazem a história de nossa nação. Conforme palavras dos professores Luis Antônio Simas e Luis Rufino:

A colonização (pensamos a colonização como fenômeno de longa duração, que está até hoje aí lançando seus venenos), gera “sobras viventes”, seres descartáveis, que não se enquadram na lógica hipermercantilizada e normativa do sistema, onde o consumo e a escassez atuam como irmãos siameses; um depende do outro (SIMAS; RUFINO, 2020, p. 8).

As sobras são as amarras que o Estado e a sociedade fingem não ver, traduzidas em um racismo estrutural e institucional, violência de gênero, desigualdade social e educacional, além do racismo religioso e da intolerância em relação às religiões de matriz africana, entre outros. É como estar preso por correntes e tentar se movimentar, sem conseguir, mas fingindo e ignorando o peso que se carrega, insistindo em caminhar. Desconhecendo que a religião faz parte da construção humana com seus conceitos e preconceitos. De acordo com Ribeiro e Nogueira (2020), a sociedade brasileira é fruto da cristianização, que permeia todos os espaços e se instala em nossas concepções educacionais, e encontrando terreno fértil dentro das nossas escolas em docentes e discentes.

Conforme nos aponta Ribeiro e Nogueira (2020), esse processo é denominado de cristalização histórica de nossa sociedade, mais do que uma

manifestação de fé, é um projeto de Estado que utiliza a lei como ferramenta de desigualdade e opressão contra os povos trazidos para a colônia na condição de escravos, relegando sua cultura e sagrado a um segundo plano. Consequentemente, sua religião foi descartada por um projeto racista, eurocêntrico e arrogante que desconhece e rejeita qualquer prática que não esteja alinhada a esse olhar colonial. Atualmente, é praticamente impossível imaginarmos um local público, um ambiente escolar ou qualquer parte da sociedade onde não haja a presença de uma Bíblia, um crucifixo, desde delegacias, fóruns, escolas, hospitais e presídios etc. A simbologia cristã está presente em praticamente todos os espaços.

É quase contraditório afirmar que o Estado brasileiro é laico e que há aceitação e compreensão em relação às diferentes formas de manifestação do sagrado. A intolerância religiosa sempre fez parte da história da humanidade, e no Brasil, ela também se manifestou de maneira significativa no apagamento da cosmovisão afro-indígena e se consolidou a partir do processo de colonização de nosso país, deixando marcas profundas e históricas que remontam à invasão pelos portugueses e à implementação de seu projeto colonialista, juntamente com a religião cristã, que foi usada como forma de conquista, dominação e doutrinação dos povos originários e domesticação dos escravizados em nosso território.

Em todos os momentos, tudo o que não se alinhava com essa perspectiva era tratado com desprezo. Qualquer forma de sagrado que não tivesse o aval desse pensamento era descartada, desvalorizada e desqualificada. A intolerância religiosa, em sua essência, desconsidera ideologias, crenças, rituais e práticas que não estejam de acordo com o pensamento hegemônico e, portanto, são dispensáveis, passíveis de perseguição e apagamento, ou seja a intolerância religiosa é a face cruel da presença do racismo religioso em nossa história e sociedade.

Conforme o apontamento de Ribeiro e Nogueira (2020), a história do nosso país em relação ao processo de colonização o tempo todo negou o reconhecimento às religiões dos povos originários e dos povos de matriz africana, revelando conflitos e tensionamentos religiosos e desrespeito as práticas do sagrado desses povos que habitavam nosso país. Foram cometidas as maiores atrocidades em nome de Deus/ Estado, visando estabelecer uma hegemonia do

sagrado e, conseqüentemente, consolidar um projeto político, econômico, educacional e social a partir da visão do colonizador, que hierarquizou, classificou, ocultou e segregou, silenciando e tentando apagar tudo o que era diferente, com o objetivo de garantir e perpetuar uma estrutura social de dominação. Esse projeto atuou na proteção dos privilégios e cristalizou as estruturas do poder oligárquico, que permanecem profundamente enraizadas em nossa sociedade até os dias atuais.

Esse é um tipo de discurso que nega a existência e a autonomia daqueles que diferem dos padrões cristalizados em nossa sociedade. Conseqüentemente, a abordagem desse processo de desconhecimento e desvalorização do sagrado do outro persiste e permeia todos os espaços da sociedade brasileira, desde nossos lares, grupos de amizade e, até as conversas em bares e aplicativos de transporte, bem como nas escolas e nos locais de formação do conhecimento. Isso revela que ainda enxergamos o sagrado do outro como algo fantasioso e preconceituoso. Ao debater e discutir, reafirmamos a visão de mundo e a compreensão do sagrado a partir de nossa perspectiva individual ou coletiva do grupo a que pertencemos, muitas vezes considerando essa visão como uma verdade absoluta que não deve ser questionada. Conforme Ribeiro e Nogueira (2020) reafirmam esse discurso:

Se o povo brasileiro tivesse os olhos bem abertos contra a feitiçaria, a bruxaria e a magia, oficializadas pela umbanda, quimbanda, candomblé, kardecismo e outros nomes, que vivem destruindo as vidas e os lares, certamente seríamos um país bem mais desenvolvido (MACEDO, 2002, p. 62).

Tal afirmação reflete uma negação sistemática do outro, de sua cultura e de suas crenças, incitando a intolerância e uma violência simbólica que permeia todos os espaços de nossa sociedade. Essa postura se manifesta por meio da produção constante de pensamentos e ideias que são apresentados e reafirmados em todos os ambientes, inclusive na escola. Isso ocorre na tentativa de apagar, marginalizar e desconsiderar aqueles que não compartilham ou não se alinham com o pensamento hegemônico.

Ou seja, a intolerância religiosa no recorte mais perverso do racismo religioso se concentra na perseguição daqueles cuja religião possui uma origem étnica diferente e cujo sagrado é considerado herético ou demoníaco, em especial as religiões de matriz africana, terreno fértil para esse tipo de prática e discurso. A religião é utilizada como motivo para gerar tensão e criar um abismo entre as

pessoas nos diversos espaços da sociedade. Quando isso acontece, podemos identificar de uma maneira explícita o racismo religioso, que vai muito além de descreditar a crença de alguém. Ele condena a origem, a existência e o sagrado do outro.

O racismo religioso atinge o conjunto de práticas, crenças e rituais, condenando essas expressões à inexistência e dessacralizando a prática sagrada do outro. Abrindo espaço para que essas práticas sejam alvo de ataques e deslegitimação dentro da sociedade. Essa forma de racismo é sustentada por uma estrutura colonial que justifica tais ações como um benefício e, portanto, a violência dirigida as religiões de matriz africana são muitas vezes negadas, pois é considerado inexistente devido à sua desqualificação e deslegitimação, portanto não há que se falar de violência simbólica, religiosa e racismo.

Consequentemente, provoca o agravamento e tensionamento a partir da atuação de forças políticas e educacionais que tornam legítimo esse olhar etnocêntrico e que baliza a perseguição das religiões que não são hegemônicas e, consequentemente, esse processo se faz presente a partir dos discursos que inferiorizam, desqualificam e fazem com que o sagrado que não pertence ao campo hegemônico possa ser desrespeitado, banido direito de existir, normatizando os ataques e as perseguições (Ribeiro e Nogueira, 2020).

O racismo religioso é um fenômeno que busca aniquilar a expressão do sagrado dentro da história e sociedade em relação ao povo negro. Isso ocorre ao construir e legitimar a desigualdade, opressão e estigmatização da cosmovisão das religiões de matriz africana, apesar do Estado ser oficialmente laico. A escola como filha da sua época experimenta e vivencia o racismo religioso por meio do desconhecimento das religiões de matriz africana e da hegemonia dominante do pensamento cristão. Essa influência atravessa a gestão, a organização curricular e pedagógica, chegando às salas de aula por meio das atitudes e comportamentos dos estudantes e professores.

A diversidade religiosa e sua complexidade são relegadas, pois a diversidade religiosa e suas complexidades são relegadas ou vistas como um histórico, científico, sociológico e antropológico e frequentemente são vistas pela ótica da 'fé', gerando o desconhecimento, a visão compartimentada e a hegemonia de algumas disciplinas, a distância entre o que é ensinado e vivenciado, a falta de

formação e compreensão do fenômeno religioso como um componente essencial de nossa formação política, histórica e educacional, além da prevalência da hegemonia cristã entre docentes e discentes que contribuem para a presença e perpetuação do racismo religioso nas escolas.

Vieira (2019, p. 48-71), nos lembra que o sagrado, a espiritualidade e a cosmovisão não são conceitos cartesianos, objetivos ou dogmáticos, mas sim elementos complexos e interligados que devem promover o respeito, o diálogo e a compreensão no exercício democrático da cidadania e do direito. É fundamental contar com políticas públicas permanentes, formação docente adequada e envolvimento da comunidade escolar. Para educar e reeducar em relação ao respeito pelas diferentes formas de pensar, viver e crer, dentro do ambiente escolar. Essas ações são importantes para combater práticas racistas, especialmente o racismo religioso:

Espiritualidade é abertura, fundamentalismo é fechamento. Espiritualidade se move nas perguntas, fundamentalismo, em certezas irretocáveis. Espiritualidade é experiência e contemplação, fundamentalismo é doutrina. Espiritualidade se move no amor e na liberdade, fundamentalismo, na culpa e no medo. Espiritualidade transita nas diferenças e percebe a diversidade como expressão sagrada, fundamentalismo vê a diversidade como maldição. Portanto, a experiência religiosa é saudável quando alimenta a espiritualidade sem sufocá-la. O risco maior ocorre quando o fundamentalismo, em sua dimensão extremista, ganha contornos de exclusivismo bélico. Exclusivismo porque a verdade estaria circunscrita a uma doutrina religiosa e, assim, todas as outras estariam erradas. O caráter bélico se dá até mesmo no linguajar utilizado, e assim se formam verdadeiros exércitos "em nome do Senhor", e quem não é de suas fileiras é considerado inimigo. Por trás da violência contra terreiros de matriz africana, por exemplo, não há apenas as pessoas que cometem essa atitude perversa, mas também os discursos que alimentam e criam um ambiente propício para que essas violências ocorram. Avalio que existam púlpitos religiosos cheios de sangue, porque são uma espécie de amoladores de facas. Eles alimentam a intolerância, a perda de empatia, enfim, o ódio. A fala que "demoniza" religiões de matriz africana é aquela que ajuda a criar um ambiente de desrespeito, indiferença e violência. Fundamentalismo e extremismo religiosos são, portanto, mentalidades que transitam entre a indiferença à violência e a promoção da violência (VIEIRA, 2019, p. 65).

A percepção dessas tensões na educação/escolar é um reflexo histórico-social, cultural e religiosa enraizado na sociedade, que se manifesta por meio de palavras, atos e ações, destacando uma divisão profunda em relação às crenças, ritos e práticas das pessoas invisibilizadas e silenciadas. Essas pessoas insistem em (re)existir, apesar dos quase 400 anos de escravidão, e sua presença continua a ter visibilidade, lugar de fala nas instituições escolares (SILVA, 2022).

Tudo isso foi instigado por movimentos sociais e educacionais que começaram a criticar o currículo e a história eurocêntricos. Como resultado, leis foram aprovadas para incluir a história, cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo, visando dar protagonismo a esses grupos. Vale destacar a atuação significativa do Movimento Negro nesse processo, como afirmado por Gomes (2022, p. 26-27):

Como argumento no livro *O Movimento Negro Educador* (GOMES, 2017), articulados às práticas e às intervenções do Movimento Negro e sendo reeducados direta ou indiretamente por ele é possível encontrar, também no Brasil, vozes e corpos negros anônimos que atuaram e ainda atuam na superação do racismo e na afirmação da identidade, dos valores, do trabalho, da cultura e da vida da população negra, presentes no cotidiano da sociedade brasileira. São as negras e os negros em movimento: artistas, intelectuais, operários e operárias, educadoras e educadores, dentre outros, ou seja, cidadãos e cidadãs que possuem uma consciência racial afirmativa e lutam contra o racismo e pela democracia, mas não atuam necessariamente em uma entidade ou organização específica. Todos são, de alguma forma, herdeiros da sabedoria e dos ensinamentos do Movimento Negro. Também enfatizo a compreensão do Movimento Negro como um importante ator político que constrói, sistematiza, articula saberes produzidos pela população negra ao longo da história social, política, cultural e educacional brasileira, assim como produz saberes emancipatórios educando e reeducando a sociedade e suas instituições. É nesse aspecto que reconheço o Movimento Negro como um educador. Reitero a força e a potência desse movimento social. "O Movimento Negro é um educador. Minha trajetória como professora, minhas pesquisas, produções teóricas e ações políticas se pautam nesse reconhecimento" (GOMES, 2017, p. 13).

É o Movimento Negro que fez e faz a tradução intercultural das teorias e das interpretações críticas realizadas sobre a temática racial no campo acadêmico para a população negra e pobre fora da universidade; que articula com intelectuais comprometidos com a superação do racismo encontros, palestras, publicações, minicursos, workshops, projeto de extensão, ciclos de debates, abertos à comunidade; que inspira, produz e ajuda a circular as mais variadas publicações, panfletos, folders, revistas, livros, sites, canais de YouTube, blogs, páginas do Facebook, álbuns, artes, literatura, poesia, abordando a temática racial em sintonia

com a diáspora africana. É ele quem pressiona o Estado para adotar políticas de igualdade racial (GOMES, 2017, p. 17-18). No seu papel educativo, ele educa e reeduca a sociedade, o Estado e a si mesmo sobre as relações raciais, o racismo e a diáspora africana. E, se é um educador, ele constrói pedagogias. E, se constrói pedagogias, interfere nos processos educativos e nas políticas educacionais.

Essa movimentação histórica de educar para as relações étnico-raciais e combater o racismo e todas as formas de preconceito, incluindo a intolerância e o racismo religioso, teve início a partir da aprovação da Lei 10.639/03, na qual o Movimento Negro desempenhou um papel fundamental. De acordo com Silva (2022), a Lei 10.639/03 representa um avanço significativo no combate à intolerância religiosa e ao racismo nas escolas. Essa lei reconhece que a religião é parte integrante de nossa cultura e exerce influência na formação de nossa identidade, nas concepções ideológicas e políticas, nas artes, culinária, festas, idioma, moda, música, entre outros. É inegável que a presença negra, especialmente em sua cosmovisão religiosa, conseguiu sobreviver e permeia diversos aspectos de nossa cultura, tornando-se parte integrante do nosso cotidiano.

Consequentemente, o debate religioso é bastante presente nas escolas, onde alguns indivíduos convivem e respeitam diferentes crenças, enquanto outros empreendem verdadeiras cruzadas e ataques contra religiões alheias. Isso inclui a imposição de sua própria fé e religião como a "única" ou a "verdadeira", tentando impor sua posição como uma verdade universal. Esse pensamento está presente em um grupo considerável de docentes e discentes, conforme indicado por Silva (2020):

De algum modo, as sociedades nunca tratam todas as pessoas de modo igualitário e justo. Em todas as culturas aconteceram discriminações por motivos diversos, comportamento, diferença física, por origem ou por qualquer outra condição. A aparência ou origem territorial são alguns desses fatos que contribuem para discriminações. O racismo foi elaborado tanto por questões territoriais, como de uma característica física como a cor da pele, o que culminou com a teoria das raças e tem gerado muitas perseguições ao longo da história (SILVA, 2020, p.46).

As ideias racistas e suas doutrinas estão profundamente enraizadas em nossa sociedade, e as religiões de matriz africana são um dos alvos mais sensíveis desse preconceito. Desconstruir essas ideias é fundamental e deve ocorrer por

meio do conhecimento e da educação. É essencial garantir o princípio do respeito e da diversidade no ambiente escolar, proporcionando a crianças, jovens e adultos, tanto docentes quanto discentes, a oportunidade de debater e enriquecer seus entendimentos, bem como de serem livres e independentes para pensar. É importante que todos tenham conhecimento da história e da contribuição dos povos originários e escravizados na formação da identidade da sociedade brasileira.

Além disso, é crucial que a laicidade do Estado esteja presente no currículo e nas práticas pedagógicas, conforme ressaltado por Silva (2022). Isso significa que o ambiente escolar deve ser inclusivo, abrangendo diversas perspectivas religiosas e culturais, sem impor uma visão específica. A educação desempenha um papel fundamental na desconstrução de preconceitos e na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Infelizmente, o Estado brasileiro ainda opera sob a influência do pensamento colonial, adotando discursos e práticas que são epistemicidas (destrutivas do conhecimento) e genocidas em relação aos povos negro e indígena. Essa brutalidade se manifesta na tentativa de domesticação do sagrado, com a predominância do pensamento cristão em diversos aspectos de nossa sociedade. Isso ocorre na tentativa de sufocar os saberes ancestrais e a pedagogia da resistência das comunidades colonizadas. A religiosidade desempenhou e, ainda desempenha, um papel fundamental de resistência, tanto no período colonial quanto na atualidade. Enfrentando o fundamentalismo cristão, a religiosidade atua como uma força de resistência que preserva identidades e contribui para discursos antirracistas. No entanto, a influência do fundamentalismo cristão pode afetar negativamente o processo identitário das comunidades, bem como o discurso antirracista.

Conforme observado por Bigon (2020), o impacto dessa dinâmica é evidente, refletindo a necessidade contínua de combater a herança do pensamento colonial e de fortalecer as vozes e os espaços que defendem a diversidade, a igualdade e o respeito pelos saberes e crenças das comunidades marginalizadas. A atuação e o encontro com sujeitos de várias matrizes cristãs evangélicas na sociedade, especialmente no ambiente escolar, revelam que temas como racismo, respeito à diversidade religiosa, igualdade racial e políticas de

ações afirmativas frequentemente são tratados com distância e até mesmo como tabus.

Esse fenômeno não pode ser ignorado, a presença e influência da cristandade em suas diversas matrizes são notáveis e exercem influência sobre tendências sociais, políticas e educacionais. Isso ocorre por meio do discurso teológico, que contribui para a sustentação do colonialismo. Esse projeto engloba o controle sobre as vidas das pessoas, como uma forma de tirania da esfera privada, o discurso teológico serve como guia para ações que utilizam as religiões como ferramentas de dominação. Essa construção histórica é apontada por BIGNON (2020). A partir da citação de Hegel em seu livro *A Filosofia da História* (1999):

O negro representa, como já foi dito o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a ideia do caráter humano ...l. A carência de valor dos homens chega a ser inacreditável. A tirania não é considerada uma injustiça, e comer carne humana é considerado algo comum e permitido [...] Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos - ou, para ser mais exato inexistentes (HEGEL, 1999, pg. 83-86).

E reafirmado na atualidade por figuras públicas como a apresentadora Patrícia Abravanel, filha do empresário Silvio Santos, que sugeriu que países não ocidentais ou não cristãos possuíam problemas por serem "preguiçosos" ou cultuarem o deus errado:

Países muito místicos muitas vezes tem consequências; o povo deixa de trabalhar. Países mais racionais, que tem uma fé em Deus, mas que acreditam no esforço, no suor, no trabalho. Em se portar, em ter um casamento e ter que cuidar dele, esses países vão mais pra frente (O DIA, 2016)

Assim como podemos observar no discurso e na ação do ex-presidente Jair Bolsonaro, a ideologia evangélica se tornou um tipo de lei na ordem social do Brasil como aparece em vídeo que viralizou na internet após as eleições de 2018:

Uma fiel da IURD de Frutal, no oeste de Minas, contou à reportagem que abandonou a igreja que frequentava após o pastor "praticamente obrigar" o voto em Bolsonaro. Ele dizia, no púlpito, que Lula e PT são das trevas. Um professor que leciona em uma escola ligada à Igreja Renascer, no interior de São Paulo,

disse que ouve todos os dias de um colega, ao entrar no trabalho, que Bolsonaro "vai matar todos os veados". Os alunos gays ou de esquerda temem retaliações da pastora que dirige a escola, afirmou (ÉPOCA, 2018).

Em seu famoso livro *Orixás. caboclos e guias: deuses ou demônios?* (1997), relançado recentemente, Edir Macedo, um dos líderes deste pensamento fundamentalista em nosso país, constrói de forma elaborada um imaginário altamente racista relacionado às religiões de matriz africana no Brasil e na África. Esse livro é como um precursor de um movimento diretamente ligado à dominação neopentecostal que tinha como princípio a ideia da Batalha Espiritual, onde Jesus, obviamente, estava em guerra contra outras tradições religiosas, e essas, deveriam ser vencidas. Abaixo, um trecho:

Se o povo de Deus não agir contra os demônios, eles começarão a atuar dentro das igrejas, se já não o estão fazendo. Jesus disse que as portas do inferno não poderiam prevalecer contra a Sua Igreja, e os discípulos entenderam muito bem que a nossa principal luta não é contra a carne nem o sangue, mas contra as hostes de satanás organizadas em principados. Potestades. (MACEDO, 1997, p.88).

Este fenômeno tem sido progressivamente normalizado e consolidado nos últimos anos, após o golpe contra a presidenta eleita Dilma Rousseff e a ascensão de Bolsonaro ao poder. Esse processo envolve a construção da religião como um mecanismo de sustentação identitária, além de ampliar e aprofundar o projeto colonialista, que é excludente, desigual, misógino, racista e intolerante, alimentado pelo ódio em relação aos diferentes, que permeia o imaginário coletivo, resultando na desumanização do "outro", dessacralizando e demonizando sua fé, sua forma de viver, crer e se relacionar com o mundo.

Sistemas políticos, educacionais e religiosos têm seus próprios objetivos, moldados por contextos históricos e regras específicas. Essas fronteiras, limites e rupturas podem ser moldadas pelas ações dos sujeitos. Nesse contexto, cabe aos sujeitos nos diversos campos de atuação, seja coletiva ou individualmente, e especialmente na educação/escola, apoiar e ampliar a luta com resiliência contra a violência social, o racismo, o preconceito cultural, a intolerância, o racismo religioso, a misoginia e a violência de gênero. Isso não se limita ao ambiente escolar, que é um reflexo da sociedade contemporânea (PINTO, 2019, p.67-68).

No que diz respeito à história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, é essencial não tratar sua cosmovisão religiosa como profana, nem atribuir subalternidade ou alteridade de uma religião em relação à outra. Esse discurso ainda é sustentado pela prática de imposição hegemônica do colonialismo, onde a repressão foi/é uma ferramenta de combate para coibir e destruir a identidade, o sagrado e a história dos colonizados. Em relação ao sagrado, à identidade, à intolerância e ao racismo religioso observa-se o fenômeno da desafricanização, (PINTO, 2019, p. 77), que é a destruição e a anulação da identidade:

A identidade de negro é colocada como uma relação de diferença calcada na subalternidade e na diferença de classes. [...] ao relacionar identidade e questões de poder, nos lembra que quem é obrigado a reivindicar uma identidade encontra-se necessariamente em posição de carência e subordinação". (PINTO, 2019, p.77).

A configuração da intolerância e do racismo religioso é estabelecida na reprodução nos espaços sociais, inclusive na escola, como um legado e prática colonial, gerando agressões desnecessárias. Essas atitudes estão fundamentadas no desconhecimento, preconceito e ódio em relação ao sagrado do outro. O diálogo, respeito, escuta e compreensão das diferenças são essenciais para combater esse problema. Além disso, é crucial entender que a educação/escola deve primar pela laicidade, legitimando o legado cultural e histórico de negras e negros em nossa formação e identidade, conforme postula a Lei 10.639/03 (PINTO, 2019). Portanto, é imperativo adotar uma abordagem que promova a tolerância, a aceitação e a valorização das diversas crenças e culturas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Considerações finais

Desafios apontados por Russi (2022), mostram o crescimento do neopentecostalismo entre docentes como uma possível razão para a invisibilização das culturas e religiões negras e indígenas no ensino fundamental. A expansão dessa vertente religiosa gera pressão e vigilância sobre os conteúdos relacionados às religiões afro-brasileira e indígenas, resultando em rejeição, hostilidade e intolerância por parte de docentes e discentes. Isso é consequência do privilégio que a matriz judaico-cristã desfruta dentro das escolas públicas e no contexto da nossa sociedade.

A prevalência da hegemonia da cultura cristã nas escolas públicas, conforme Russi (2022), incluindo nos livros didáticos, também pode ser um fator gerador de intolerância e racismo religioso, principalmente quando combinada com o desconhecimento de outras matrizes religiosas. O ambiente escolar deve promover a desconstrução de estereótipos em relação às afro-cosmologias, o que requer uma formação abrangente sobre a complexidade da cultura brasileira para todos os profissionais docentes.

No contexto da lei 10.639/03 (PINTO, 2019, p.80-82) e (TESSAROLE, 2021, p.25-45)apontam ser crucial a implementação vigorosa dessa legislação. O currículo, as práticas de gestão e o trabalho dos docentes devem permitir e respeitar a manifestação religiosa ou não das matrizes afro-indígenas, reafirmando constantemente a laicidade do Estado e da escola pública como espaços de diversidade inserindo a temática dentro de um cenário permanente, contínuo e holístico para haver o enfrentamento do racismo religioso baseado em uma educação antirracista, livre, participativa, democrática e tolerante com a participação de todos.

Vivenciar a liberdade e o respeito a diversas manifestações do sagrado é fundamental nos nossos dias, em nossas escolas, em um processo de reeducação constante e na visão da obra atemporal de Itamar Vieira Junior "Torto Arado", nos leva a considerar a escola-casa-sociedade como lugares que desejamos transformar em "casas simbólicas", onde todos possam existir e não resistir como expressado por Zeca Chapéu Grande e Salustiana Nicolau nesta casa, neste quintal que reflete um desejo de convivência harmoniosa e respeito mútuo, onde as diversas crenças possam coexistir e enriquecer nosso tecido social:

Foi na noite de santa Bárbara, em dezembro, e meu pai, apesar de suas obrigações nas brincadeiras de jarê, havia acordado mal-humorado, com respostas lacônicas às perguntas que lhe faziam. Só os mais próximos, como nós, sabíamos o porquê do desconforto visível em seus gestos. No fim da tarde, dona Tonha trouxe, numa caixa antiga, adornos de encantada que meu pai vestiria à noite, depois da ladainha e à medida que os espíritos chegassem e lhe tomassem o corpo para se fazerem presentes. Na caixa estavam guardadas as roupas de santa Bárbara, lansã, a dona da noite, lavadas e passadas desde a última vez que Zeca a havia vestido. A repulsa pelas vestes era tanta que a roupa não era guardada no quarto dos santos como as demais, mas na casa de Tonha, ela mesma cavalo para a encantada nas noites de jarê. Zeca Chapéu Grande se envergonhava de ter que deixar as calças

que honravam a sua posição de liderança na fazenda, como pai espiritual, e vestir saias, emprestando seu corpo a uma mulher. Fazia porque era a sua obrigação, compromisso que havia assumido quando se curou da loucura e se fez no santo na casa de João do Lajedo, em Andaraí. Mas se envergonhava, porque a audiência era formada por seus compadres e vizinhos, que muitas vezes conduzia nos trabalhos de mutirão para a fazenda. Nessa noite, fiquei ao lado das filhas de santo que o ajudavam a se trocar durante a celebração. Os tocadores aqueceram seus tambores na fogueira acesa no terreiro. A primeira a chegar, após a ladainha e a saraivada de fogos, foi justamente a dona da festa, santa Bárbara; a caixa trazida por dona Tonha continha a saia vermelha, o adê e a espada de lansã, todos os adornos que a santa vestiria. O quarto dos santos, onde rezavam a ladainha, tinha velas acesas e uma profusão de cores das imagens e bonecas. Havia imagens de gesso e madeira de diferentes tamanhos e estados de conservação. São Sebastião, Cristo Crucificado, o Bom Jesus, são Lázaro, são Roque, são Francisco, padre Cícero. Havia pequenos quadros, uns de cores vivas, outros desbotados, de são Cosme e são Damião, Nossa Senhora Aparecida, santo Antônio. Havia fotografias de meus pais, da velha. Donana, outras tantas, pequenas, de devotos. Havia flores de papel, algumas mais novas, outras pálidas. Sempre-vivas, que colhíamos na estrada ou nas cercanias, entre as rochas. Fazia calor. Os presentes suavam e enxugavam o suor com as costas ou a palma das mãos, sem deixar os lábios vacilarem na prece. Havia muita gente e o quarto era tão pequeno que a maioria acompanhava da sala, principalmente as mulheres e os homens mais velhos. Os mais jovens e as crianças ficavam alheios às rezas e conversavam em tom baixos as crianças brincavam e, quando saíam de controle, uma das mulheres se virava para reclamar e pedir silêncio, com os dedos em riste e olhos arregalados. Havia beleza nos cantos que antecedia a aparição da encantada, e muito mais encanto quando meu pai deixava o quarto dos santos para dançar ao som dos atabaques, no meio da sala. Era um homem magro, mais baixo que minha mãe, e com um tom de pele mais claro que o nosso. Não era jovem, e carregava no rosto os traços de sua idade. Sulcos profundos, vales na sua pele erodida pelo sol e pelo vento, que ainda enfrentava todos os dias para plantar e ter direito à morada de sua família na fazenda. Àquela época, Zeca Chapéu Grande já parecia um ancião, guia do povo de Água Negra e das cercanias, referência para todos os tipos de assuntos, desde divergência de trabalho a problemas de saúde. Dali, do quarto quente dos santos que rescendia a suor e alface, Zeca, que agora abrigava santa Bárbara, vestia a saia vermelha e branca, engomada com todo zelo por dona Tonha, e com o rosto encoberto pelo adê lustroso, ornado de contas vermelhas, saiu empunhando a espada de madeira feita por ele mesmo. A espada, pequena, cortava o ar com seus movimentos ágeis. "Ê, santa Bárbara, virgem dos cabelos louros, ela vem descendo com sua

espada de ouro", a audiência batia par mas e cantava em coro, seguindo o tocador de atabaque. Enquanto os homens aceleravam o toque, santa Bárbara se agitava em seus passos e giros. Duas mulheres arriaram no chão, com os olhos semicerrados e movimentos que anunciavam a chegada de mais santas Bárbaras. Foram conduzidas para o quarto por minha mãe e dona Tonha para que pudessem colocar suas vestes também (VIEIRA, 2019, p.62 – 64).

Referências

1017

BIGON, João Marcos da Silva. **Entre a cruz e a encruzilhada: a comunidade negra evangélica e as propostas decoloniais de construção do mundo** (dissertação - mestrado - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow de Fonseca/CEFET-RJ). Rio de Janeiro, RJ, 2020.

CHACON, Daniel Ribeiro de Almeida; GOMES, Laurici Vagner; SANTOS, Magda Guadalupe dos. **Escritos de filosofia**. Porto Alegre, RS: Editora FI, 2022.

GOMES, Nilma Lino. **Saberes das lutas do Movimento Negro Educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

JUNIOR, Itamar Vieira. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

OLIVEIRA, Marco Davi. **A religião mais negra do Brasil: porque os negros fazem opção pelo pentecostalismo?** Viçosa, MG: Ultimato, 2015.

RIBEIRO, Djamila; NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa/Femininos plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

RUSSI, Ana Paula Evaristo. **Racismo religioso no ensino fundamental: abordagens recentes no campo da educação** (Revista do Programa de pós-graduação em educação). Tubarão, SC; V.16, n29, p.166 - 182, Jan.Jun. 2022.

SILVA, Daniel José Ramos da. **O racismo religioso e os impactos do Escola sem Partido na sala de aula** (dissertação - mestrado - Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte). Nazaré da Mata, PE, 2022.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. **Formação de professores e religiões de matrizes africanas: um diálogo necessário**. Belo Horizonte: Nandyala, 2015.

TESSAROLE, Cristina de Lacerda. **Contextos do Ensino Religioso que potencializam o racismo religioso**. Revista Unitas, v.9, n.2, 2021.

VIEIRA, Henrique. **O amor como revolução**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

WEST, Cornel. **Questão de raça**; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.